

NOTA DE IMPRENSA

Catarina Cabeceiras denuncia: Há um corpo que espera autópsia em São Jorge há 10 dias

A Deputada do CDS-PP Açores Catarina Cabeceiras denunciou, esta quarta-feira, que existe um corpo em São Jorge que aguarda, “desde o passado dia 24 de julho” pela realização de uma autópsia solicitada pelo Ministério Público, e a autoridades de saúde não têm qualquer previsão de data ainda para a sua realização, “impondo maior desespero e sofrimento à família enlutada”.

Num requerimento entregue no Parlamento Açoriano, Catarina Cabeceiras pede explicações ao Governo Regional por esta “situação injustificada e lamentável” lembrando ainda que “desde agosto de 2014 que está previsto o estabelecimento de um protocolo entre o Governo Regional e o Instituto Nacional de Medicina Legal para a realização de “cursos de formação, para habilitar mais médicos” do Serviço Regional de Saúde.

“Na Ilha de São Jorge, à semelhança de outras ilhas sem hospital, não existe médico especialista em medicina legal ou com formação nesta área a exercer funções em permanência”, sendo que, muitas vezes, “é requisitado pelo Ministério Público ao Instituto Nacional de Medicina Legal (INML) a realização de autópsia, com a intenção de determinar as causas do falecimento”, pode ler-se no documento subscrito pelos parlamentares populares.

Ora, acrescenta Catarina Cabeceiras, “é necessário aguardar a chegada à Ilha de São Jorge de um profissional de saúde para realizar a referida autópsia”, e que “é recorrente a demora na realização dessas autópsias, uma vez que não existem profissionais especializados nesta área a exercer essas funções”.

“Muitas vezes, esta demora não se coaduna com o sofrimento que a família vive nestes momentos, e recorrentemente não existe sequer qualquer tipo de previsão para a realização da autópsia e consequente libertação do corpo para efeitos das cerimónias fúnebres”, lembra a Deputada do CDS-PP.

Ora, neste momento, em São Jorge, “desde o passado dia 24 de julho, encontra-se uma família à espera da deslocação de um médico especialista à Ilha para realização de uma autópsia solicitada pelo Ministério Público no passado dia 25 de julho”, sendo que, para além dos 10 dias que já levam de espera acontece o lamentável facto de “as autoridades de saúde, apesar da longa espera, não terem qualquer previsão de data para a realização da autópsia, deixando a família em profundo desespero e sofrimento”.

Neste sentido, Catarina Cabeceiras questiona o Governo Regional, pedindo “urgência” nas respostas, sobre se “tem conhecimento que existe um cadáver em São Jorge desde o passado dia 24 de julho à espera para ser autopsiado?”; “Quais os motivos para que se esteja à espera, desde do dia 24 de julho, para a realização da referida autópsia?”; “Quando vai deslocar-se à Ilha de São Jorge o médico responsável pela realização da autópsia a este cadáver?” e “Quais as causas que justificam a recorrente demora na vinda de médicos à Ilha de São Jorge para a realização de autópsias?”.

Os Deputados do CDS-PP frisam que “apesar da realização das autópsias serem da responsabilidade do Instituto Nacional de Medicina Legal (INML), a verdade é que o Governo Regional deve garantir a todos os Açorianos uma resposta atempada a estas situações, que, por si só, já são bastante difíceis”.

Formação prevista
desde 2014

Por outro lado, a Deputada do CDS-PP lembra que, “em agosto de 2014, foi tornado público que existia nos Açores cerca de uma dezena de médicos com formação em medicina legal, capacitados para realizar autópsias, seis em São Miguel e quatro na Terceira” e que, “naquela data, o então Secretário Regional da Saúde anunciou publicamente que iriam existir cursos de formação, para habilitar mais médicos, no âmbito de um protocolo a estabelecer entre o Instituto Nacional de Medicina Legal (INML) e o Governo Regional, que já não era atualizado desde o ano 2000”.

Diz Catarina Cabeceiras que, “segundo foi proferido pelo então governante, ‘este curso vai permitir que os médicos das Ilhas mais pequenas o possam frequentar, porque será dado por módulos, com várias deslocações dos formadores à Região, evitando-se desta forma que os médicos fiquem sem dar consultas nas suas ilhas durante dois meses’”, pelo que interpela o executivo socialista sobre “quantos médicos existem, atualmente, na Região (discriminados por ilha e unidade de saúde) habilitados e a exercer esta função?” e “qual a data para a realização da formação para habilitar mais médicos na Região, no âmbito do protocolo entre o Instituto Nacional de Medicina Legal (INML) e o Governo Regional?”.

Velas, 2 de agosto de 2017

NOTA: Para mais esclarecimentos e/ou contatos ligar para Deputada Catarina Cabeceiras através do n.º 916 926 671.

GP CDS-PP Açores – Gabinete de Imprensa

Pedro Ferreira
96 039 24 64